

VIDEOPOLÍTICA E EXPERIÊNCIA: FERRAMENTAS PARA INVESTIGAR MÍDIA E JUVENTUDE

FISCHER, Rosa Maria Bueno – UFRGS

GT: Educação e Comunicação/n.16

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Este trabalho tem como objetivo discutir o conceito de videopolítica, da estudiosa argentina Beatriz Sarlo (segundo o capítulo “Sete hipóteses sobre a videopolítica”, de seu livro *Paisagens imaginárias*), em relação às novas configurações das esferas pública e privada, em nosso tempo, por força de transformações tecnológicas irreversíveis, propiciadas pela presença forte e decisiva dos meios de comunicação no cotidiano de nossas vidas — e que atingem o trabalho e a vida de professores, o cotidiano, os modos de relacionar-se com a vida política e social e, de uma maneira mais profunda, a própria experiência dos indivíduos, particularmente a experiência de sujeitos em formação: crianças, jovens e adolescentes. As marcas da videopolítica – eliminação das mediações, comunicação direta pautada pela simplicidade, trivialidade e espetacularização dos atos privados e públicos, entre outras – serão aqui debatidas considerando-se modos de existência do político, propostos em materiais televisivos destinados ao público jovem. No texto, vamos estabelecer também uma breve relação entre as estratégias da videopolítica e o conceito de experiência, estudado a partir de pensadores como Larrosa, Foucault, Nietzsche, Benjamin e Hannah Arendt.

Esta discussão é feita no âmbito de uma pesquisa em andamento, sobre formas de subjetivação específicas, propostas nos meios de comunicação às gerações mais jovens: no caso, aquelas que se referem à construção ou proposição, via TV, de determinados modos de convivência grupal entre meninos e meninas, homens e mulheres, de 15 a 25 anos. Tal investigação tem como objetivo analisar um conjunto de produtos televisivos que privilegiam a vida jovem em grupo (seriados, novelas, programas de debate e *reality shows*); também objetiva caracterizar o “dispositivo pedagógico” desses produtos, particularmente quanto a suas propostas de modos de existência jovem na contemporaneidade. Nela, realiza-se igualmente um estudo de recepção a programas de TV com três grupos diferenciados de jovens, estudantes de Pedagogia e alunos de Ensino Médio, de escolas pública e particular, ao mesmo tempo que se analisam enunciados sobre a experiência o “agir humano – enunciados que circulam na televisão, sobre a vida em grupo de pessoas jovens, em suas múltiplas diferenças (de faixa de idade, de condição econômica, social, cultural, opção sexual, etnia, trabalho, vida familiar, participação política). Finalmente, essa investigação objetiva estabelecer relações

entre as análises dos produtos televisivos e o texto produzido pelos jovens, em situação de debate, fala e escuta, a respeito dos modos de construir a ação e a expressão da vida pública e privada, na cultura hodierna.

Interessa-me, no trabalho ora apresentado, pensar o conceito de videopolítica, de Beatriz Sarlo, um dos conceitos básicos que fundamenta a pesquisa, junto a outros como o de experiência em Michel Foucault (1994; 1995), Nietzsche (1999), Walter Benjamin (1994) e Heidegger (1996)¹ e de ação humana em Hannah Arendt (2000), relacionando-os a um sintoma da cultura contemporânea ao qual estudiosos das mais diferentes áreas têm exaustivamente se referido: o esmaecimento das fronteiras entre o que é público e o que é privado. Defendo (com base em pesquisas recentes) que essa transformação radical das esferas política e privada apóia-se fortemente no aprendizado cotidiano que fazemos, através da ação da mídia, de desejar a qualquer preço a visibilidade pública, mesmo que efêmera, daquilo que é da ordem do íntimo, do sexual, do amoroso, também do banal, do corriqueiro. Temos aprendido através não só dos meios de comunicação – mas fortemente a partir do que neles é veiculado – a “politizar” a vida privada, isto é, a torná-la pública pela mídia; ao mesmo tempo, privatizamos a vida pública, na medida em que opções e decisões políticas tendem a transformar-se em problema de consciência individual, e não em questões de debate público.

É exatamente nos espaços da mídia que assistimos a um *continuum* de gestos, textos, dramas, imagens e sons radicalmente calcados nessa “banalidade mortífera”, como quer Baudrillard (2001), a partir da qual nos comprazemos em viver por procuração o cotidiano do outro, o espetáculo do “nada-a-dizer”, do “nada-a-fazer”. Por exemplo, o nada-a-acontecer de jovens confinados em *reality shows*, a preparar seu almoço controlado pela produção do programa de TV, a fazer desnudados sua higiene espetacularizada, a jogar o jogo infantilizado de toda a sorte de competições, a expor a dezenas de câmeras e a milhões de olhos curiosos sua noite e seus corpos e sua “vida sexual e amorosa” por baixo de lençóis e edredons, escancaradamente vigiados. É também nesses espaços que atores públicos do mundo da política “precisam” expor sua vida privada ou são por esta julgados. Políticos (e cidadãos que os elegem ou que os avaliam) são pautados por essa ordem maior de tudo dizer, de tudo expor, não exatamente em termos amplos da ordem do político, mas em termos daquilo que diz respeito ao gesto mais irrisório, mais prosaico, da visibilidade dos corpos, da moralidade (ou amoralidade) das práticas ligadas ao uso de recursos públicos, das relações amorosas, familiares, dos gostos particulares, e assim por diante.

Segundo o estudioso inglês John Thompson (2002), parece que cada vez

1 O conceito de experiência, como estamos utilizando na pesquisa, é apresentado a partir de alguns desses autores (Benjamin e Heidegger, sobretudo), por Jorge Larrosa, no texto “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”(2002).

mais nos afastamos da antiga concepção da publicização como partilha de algo em comum: hoje, com a TV, há uma visibilidade do outro e de si mesmo, que escapa ao controle dos sujeitos, de todos nós. Tudo e todos podem ser vistos, mas não se trata de uma partilha, de uma troca efetiva, de um genuíno ato político, na medida em que ações e eventos se tornam públicos independente da co-presença de uma pluralidade de indivíduos. Publicidade – no sentido de ato que vem a público e por hipótese é compartilhado – em nosso tempo corresponde bem mais a algo que se expõe à visibilidade, via imagens eletrônicas, de e para um número imenso de espectadores (cfe. Thompson, 2002, p. 114-117).

A videoesfera – ou seja, essa dimensão social fundada na comunicação via mídia televisiva, conforme Beatriz Sarlo (1997c) – tornou-se um espaço hegemônico em crescente e franca expansão na últimas décadas, de tal forma que a dimensão simbólica do mundo social vê-se profundamente alterada a cada dia por ela. Para a autora, a construção da esfera pública moderna implica uma transformação especialmente no que tange a nossos modos de entender e viver a democracia, a política, a experiência de solidariedade. As mudanças certamente não são apenas técnicas; estas — poder-se-ia dizer, “ecologicamente” — transformam os meios social, político, econômico e simbólico. Transformam nosso imaginário, nossos modos de existência, nossos estilos de vida, nossas percepções de tempo e espaço, as diferentes formas de experimentarmos nossos sonhos e desejos. Certamente, segundo a autora, convivemos com formas não audiovisuais de comunicação, mas é certo que a estética que aprendemos através da TV e da Internet inscreve a esfera pública num novo espaço. E é disto que trataremos aqui, estabelecendo relações entre essa reflexão da autora e alguns dados já levantados na pesquisa referida, bem como estabelecendo um diálogo com outros autores ocupados com a questão mais ampla da experiência do político na sociedade contemporânea.

Mediações i-mediatas

O que Sarlo chama de videopolítica diz respeito a uma quase eliminação das mediações — conceito reivindicado tão intensamente pelo estudioso Jesús Martín-Barbero em obras como a conhecida *Dos meios às mediações* (2001), e que tem sido uma referência básica nas investigações da área de comunicação, particularmente nos chamados estudos de recepção. Sarlo não nega a mediação possível estudada por Martín-Barbero – aquela referida às ações dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais diante dos materiais midiáticos. O que a estudiosa argentina sublinha é o aprendizado que fazemos de uma espécie de ilusão de que tudo pode ser mostrado de maneira imediata, como se pudéssemos ter acesso a tudo sem qualquer tipo de ação humana, como se estivéssemos permanentemente diante dos acontecimentos e da vida “ao vivo”, e como se aquilo ali fosse a própria e única realidade possível de ser acessada.

É assim que questões públicas – por exemplo, o suposto precário funcionamento do Congresso Nacional, a denúncia de fraudes contra a Previdência Social, as péssimas condições dos serviços de saúde pública (mães que dão à luz no saguão do hospital, pacientes que de madrugada aguardam em longas filas para ter acesso a uma senha que, futuramente, não sabem quando, lhes garantirá o atendimento médico) — são mostradas na TV como se, jogadas no espaço eletrônico, e tornadas tão próximas e familiares a nós, pudessem existir somente daquela forma e, portanto, sem nenhuma mediação. Aqui, a autora se refere não à mediação como a operação psicológica, estética ou política dos cidadãos espectadores, mas à mediação dos próprios fatos, a toda uma gama de ações envolvidas nos acontecimentos em foco – por exemplo, os meandros de projetos políticos e sociais de um determinado governo estadual ou municipal, o posicionamento no cenário político da empresa jornalística que está noticiando aquele fato de descaso com a saúde pública, a ação dos médicos e dos funcionários de um determinado posto de saúde e suas lutas locais, e assim por diante. O que a TV faz, de uma maneira contundente e diária, é a interpelação direta; ela expõe “realidades” e “mostra” imagens que, por tão imediatas, adquirem força de verdade.

No texto “O sonho acordado”, capítulo sobre TV do livro *Cenas da vida pós-moderna* (Sarlo, 1997b) a mesma autora desenvolve o conceito de telebisibilidade que, a meu ver, está diretamente vinculado ao conceito de videopolítica: na realidade, a autora não chega a definir o conceito de telebisibilidade, mas o descreve com detalhes na medida em que trata minuciosamente dos recursos e táticas da linguagem televisiva: a linguagem do *zapping*, a opção da TV (no caso, a TV argentina) pelo máximo acúmulo de imagens num mínimo tempo, o recurso à insistente repetição de imagens, sons, metáforas, símbolos, a ausência de silêncios na narrativa televisiva, a eliminação dos matizes, a negação dos imprevistos estilísticos, a importância do lugar TV como lugar onde se diz “a verdade”. Em suma, para Beatriz Sarlo, a telebisibilidade seria uma condição, diria respeito a um conjunto de “qualidades” relativas a um estilo padrão, que todos devem dominar, desde os atores, até os que, nas mais diferentes posições, produzem os materiais de TV. Eu diria que isso também pode ser estendido aos espectadores, na medida em que estes passam a ser de alguma forma sujeitos não só das “verdades” ditas, mas igualmente de um certo modo ou estilo de dizer as coisas (Sarlo, 1997b, p. 53-98).

Ora, no capítulo “Sete hipóteses sobre a videopolítica”, Sarlo direciona o conceito de telebisibilidade para a discussão sobre os modos de entender e fazer entender o político em nosso tempo, a partir da ação dos meios de comunicação eletrônicos, particularmente a partir da ação da TV na vida cotidiana de milhões de pessoas. É assim que cada item referido ao caráter de telebisibilidade é aqui de

certa forma “qualificado”, em direção ao debate sobre os modos de existência do político em nosso tempo. Por exemplo, para Sarlo, o caráter da imediatez próprio da TV e dos produtos que ela veicula, dos próprios modos de veiculação e de recepção desses materiais, associa-se à característica maior da simplicidade, da comunicação direta, aquela comunicação sem necessidade de maiores mediações, característica da televisão que as grandes redes produzem – e isso não pode deixar de ser visto como um modo político de comunicar, de informar, de narrar.

Trata-se de uma comunicação certamente bem mais simples do que, por exemplo, o argumento de um texto um pouco mais elaborado, como poderia ocorrer numa reportagem de revista, numa matéria de jornal ou mesmo nas páginas de um livro. Obviamente não estamos fazendo aqui uma referência simplificadora à discussão já bastante explorada nos estudos de comunicação, das relações entre um tipo de comunicação própria da “alta cultura”, em oposição à “baixa cultura”, segundo a discussão clássica e fundamental aprendida da Escola de Frankfurt, particularmente nos textos de Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer². Estamos, com Beatriz Sarlo, sublinhando o caráter de um tipo de comunicação em que as marcas de “simplicidade” e imediatez são salientadas para desenhar mais nitidamente os contornos dessa figura, a videopolítica; e, no caso da pesquisa que ora empreendemos, para compreender, através desse conceito, os modos pelos quais grupos de jovens recebem, através da TV e de uma série de produtos que “ensinam” a convivência em grupo, um conjunto de lições que desembocam num aprendizado sobre o que é (ou deve ser) a experiência com a chamada vida política ou vida pública.

Em perfeita sintonia com as características da simplicidade e da comunicação direta com o público, a TV torna “natural” uma associação muito particular: nesta outra hipótese de Sarlo sobre a videopolítica, sobressai a idéia de que, na TV, os atos políticos devem sempre ser aproximados de tudo que for eminentemente trivial. O presidente Luís Inácio Lula da Silva não poderia, segundo tal lógica, como nenhum outro governante, ser mostrado apenas na sua atuação de chefe de governo, em seus atos estritamente vinculados ao cargo que exerce, aos compromissos que lhe são inerentes. A TV vive de algo mais, a política parece também viver de algo mais: é preciso unir política a trivialidades, a atos “comuns”, supostamente para aproximar poder de povo, televisão de espectadores. Desta forma, é um imperativo televisivo (político também?) que o presidente Lula seja mostrado principalmente na sua condição de homem comum, de pai de família que, por exemplo, assa um churrasco na Granja do Torto para amigos e familiares; preferencialmente, ele deve ter exposta a crítica da esposa, Marisa, em reportagem “descompromissada” e leve, a respeito de como já teria sido um

2 Refiro-me especialmente aos textos “A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução”, de Walter Benjamin (1975) e “A indústria cultural”, de Theodor Adorno (1978) que, com Horkheimer cunhou a expressão “indústria cultural”.

perfeito machista; o Presidente deve aparecer sobretudo em sua imagem física, saudável ou doente. Deve, em suma, ter o corpo exposto: a bursite de Lula será então a grande e necessária notícia. Obviamente, essa verdadeira dessacralização do político não é em si negativa, no sentido da relação dos cidadãos com os políticos que os representam. O espetáculo da posse de Lula e das imagens e depoimentos dos brasileiros que foram à Brasília no primeiro dia do novo Governo, por exemplo, independente de todas as hipóteses arroladas por Beatriz Sarlo a respeito da videopolítica, mostrou um tipo de identificação entre o Presidente e seus eleitores, nesse caso, bastante particular, dadas as condições específicas das eleições de 2002 e da própria história de Lula e das eleições presidenciais nos últimos anos no Brasil.

O que importa ressaltar aqui é o esforço contínuo da mídia em aproximar os atores políticos do mundo das estrelas, das vedetes, dos astros, do *showbiz*. É essa a estética que conta, que baliza a vida pública, mas não só ela, também a vida privada dos sujeitos comuns como qualquer um de nós. Quem assistiu ao filme “Cidade de Deus”, do diretor Fernando Meirelles, e depois à minissérie “Cidade dos Homens”, veiculada pela Rede Globo de Televisão em outubro de 2002, pôde acompanhar de que modo opera esse imperativo da vida como *show*: uma lógica que funciona e é visível quando a dor da bursite presidencial se faz espetáculo nos telejornais diários, em janeiro de 2003, tanto quanto no momento em que assistimos, pela ficção cinematográfica ou televisiva, ao herói traficante da favela na sua relação com os moradores dos morros do Rio de Janeiro, na sua relação com o menino que também será astro entre seus pares e no interior do mundo do tráfico, mesmo que temporariamente – sobretudo indivíduos-infantes comuns, meteoricamente transformados em sujeitos poderosos, plenos de domínio sobre os outros. É disso que trata Beatriz Sarlo na caracterização que faz do que ela denomina videopolítica.

Em outras palavras: sugiro que são de caráter político tanto os modos de noticiar a vida de uma personalidade do campo *stricto sensu* político (no caso, as reportagens sobre o Presidente da República) como os modos de narrar as relações de poder mais mínimas, na medida em que se afirma, reiteradamente, que o político é da ordem do *show*, é da ordem do espetáculo. Programas como os que estão sendo analisados na pesquisa, sobre as relações entre juventude, espaço público e mídia – a que fazemos aqui referência, para argumentar sobre a produtividade de apropriação metodológica de conceitos como o de videopolítica e o de televisibilidade – inserem-se plenamente nessa mesma lógica. Em peças televisivas como o *Big Brother Brasil*³, os personagens, cada um e todos, deverão necessariamente ascender ao estrelato na exata medida em que o fato de exercer o

3 No Brasil, no primeiro semestre de 2003, foi veiculada terceira edição do *Big Brother*, formato também produzido e veiculado em vários países, com grande sucesso de audiência.

poder equivale à condição de ter o domínio do espetáculo midiático⁴.

Seria possível afirmar que nesse espaço ensina-se (e aprende-se) um modo muito particular de vida em comum, no qual os afetos, os sonhos, os desejos, as trocas concentram-se em torno de uma banalidade que nega brutalmente aquilo que Jorge Larrosa (2002) definiu como experiência: experiência como o que nos sucede, o que padecemos, sofremos, aquilo que nos exige uma abertura e uma disponibilidade fundamentais, aquilo que é raro, que nos afeta profundamente e que exige, no mínimo, a aceitação da nossa precariedade e do perigo que é viver, aquilo que nos faz diferente pelo fato de que nos “derrubou”, nos apanhou plenamente, nos submeteu (Larrosa, 2002, p. 20-28). Ora, a lógica presente em programas espetaculares de “vivências cotidianas”, sejam elas explicitamente ficcionais (como *Friends*)⁵, ou falsamente veiculadores de uma espécie de “vida real” (como *Big Brother Brasil*) é a de que “o show é o limite”⁶: o perigo da vida reduz-se aos testes propostos pela produção do programa e à própria exposição diuturna, permanente, excessiva, plenamente sabida desde o início, desde antes da escolha dos participantes, já que regra número um do próprio jogo – porém sempre de alguma forma “estranhada” pelos participantes do programa. Trata-se de um perigo *in totum* controlado, previsto; portanto, é a negação do risco, a negação da experiência como o que nos submete ao inesperado.

Não só a linguagem e a comunicação televisivas primam pelo imediato, pelo direto, também aquilo que propõe a TV, através especialmente de seus programas de auditório – no Brasil, podemos citar inúmeros deles, como o *Programa do Ratinho* (veiculado pelo SBT) ou o programa apresentado por Márcia Goldsmith, *Hora da Verdade* (veiculado pela Rede Bandeirantes de Televisão), ou ainda programas religiosos eletrônicos de toda espécie – fala-nos de uma simplicidade, de uma eficácia do próprio meio TV, que seria bem maior do que a ação das instituições públicas e sociais. E essa seria mais uma hipótese da estudiosa argentina sobre a videopolítica: a franca acessibilidade à resolução dos conflitos privados ou sociais. Quem é meu pai? Quem me roubou na maternidade? Como posso fazer uma cirurgia plástica se meu marido queimou-me o rosto e eu não tenho recursos? – estas são questões às quais a TV oferece resposta, solução, mesmo que temporária e muitas vezes apenas performática, mas rápida, por vezes

4 O debate sobre essa relação entre poder e estrelato, vida privada e vida pública, na TV e no cotidiano dos grupos sociais, é feito na pesquisa com três grupos de jovens (alunos de escola pública, alunos de escola particular e alunas de um Curso de Pedagogia), como referido no início deste texto, a partir das análises de programas como *Big Brother Brasil*, *Malhação* – ambos da Rede Globo, entre tantos outros materiais, das diferentes redes e canais a cabo).

5 Seriado norte-americano, veiculado no Brasil pelos canais a cabo Warner e Sony, também objeto de análise na pesquisa.

6 A expressão utilizada faz referência ao título do primeiro programa de auditório de perguntas e respostas da TV brasileira, *O céu é o limite*, apresentado por J. Silvestre (TV Tupi) e que fez sucesso por muitos anos.

ao vivo, mostrando e demonstrando, todos os dias, simultaneamente, a ineficácia dos setores públicos a cujos serviços, por direito, a população deveria ter acesso. Tudo nas instituições sociais tem a visibilidade da lentidão, do anacronismo. TV e Internet, ao contrário, falam-nos de velocidade e eficiência. Prometem o paraíso das soluções e do dinheiro fácil, a resposta imediata a angústias infinitas ou a quaisquer conflitos cotidianos. Nesse sentido, acrescenta-se mais um elemento na compreensão e no aprendizado do que “é” a chamada esfera pública, e a esse universo pertencem também inúmeros enunciados do senso comum referentes à instituição escolar, comparativamente à TV e à Internet, tais como: a escola não se comunica, a escola é lenta, fora de seu tempo, efetivamente não se endereça a jovens e adolescentes acostumados à TV e ao cinema “de ação”.

Diz-se então que as crianças aprendem mais na TV do que nas famílias e nas escolas, porque ali, na TV, é tudo simples, direto, sem “complicações” sintáticas. Como refere Beatriz Sarlo, a comunicação midiática é avessa a subordinações. Essa sintaxe funcionaria bem mais confortavelmente a partir de orações coordenadas aditivas: aconteceu isso, “e” aquilo, “e” aqueloutro; muito raramente se dirá que aconteceu isso “enquanto” acontecia aquilo, “a fim de que” pudesse aquele outro fato também suceder, “embora” aquele outro acontecimento estivesse se impondo, e assim por diante. Podemos assistir a programas do tipo *Globo Repórter* (Rede Globo), em que se apresentará a gravidez adolescente como um problema fundamental, digno de figurar como chamariz da programação (já que feito de matéria básica de *shows* televisivos (juventude, mulher, sexualidade, gravidez), e em 45 minutos todo o problema será apresentado, resolvido, discutido, com pouquíssimas nuances, de modo que, aditivamente, serão dispostos, lado a lado, sem desconfortos nem dúvidas, sem problematizações sobre o saber médico ginecológico ou psicológico ou sobre os dramas individuais, casos, entrevistas, depoimentos, “e”, “e”, “e”, de meninas que engravidaram, submeteram-se a inúmeros problemas mas, ao fim e ao cabo, esporadicamente lamentando a vida adulta que cedo desponta, podem mostrar-se em cenários róseos no papel de felizes mães com seus bebês ao colo.

O presente, como escreve Eric Hobsbawm em *A era dos extremos* (1995), é o que mais vale em nossos tempos: jovens e adolescentes crêem que a história é no máximo o tempo que remete ao seu nascimento. Na TV, crianças, adolescentes, principalmente eles, mas todos nós também, vamos aprendendo que os fatos se sucedem (e, e, e) e, nessa ausência de subordinação – melhor ainda, de descontinuidades, como diria Foucault (1986) passam a equivaler-se, de modo a que, como sugere Beatriz Sarlo, livram-se do peso e da força de sua singularidade, de sua particularidade. Tudo se passa como se na TV (e em nossas vidas) tudo tivesse que ser necessariamente assim, que na mídia e nestes tempos não há mais condição de se fazer de outra forma o cotidiano, a vida escolar, a leitura, a

aprendizagem, a experiência. Retomando o que nos escreve Larrosa em seu texto “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, parece que hoje tudo conspira contra a singularidade da experiência, contra isso que nos sucede e que pesa sobre nós, que nos transforma exatamente porque salta para fora da ordem do previsível, do pré-visto, do pré-dito (Larrosa, 2002). Fatos sem história, fatos não narrados na sua linearidade histórica, fatos que irrompem para nos transformar – esses parecem efetivamente tomar pouco assento no cotidiano das produções midiáticas.

Ao mesmo tempo, é interessante observar que, embora os fatos públicos ou privados sejam narrados prioritariamente na sintaxe de adições intermináveis, tal monotonia curiosamente recebe um tratamento que de certa forma a nega, destrói tal modorra narrativa, mesmo que como artifício: tudo, dos fatos mais simples aos mais importantes, submete-se à dramatização, à narrativa dos apelos emocionais, dos grandes dramas de vida e morte, estratégia pela qual tais fatos se tornam imagens do cotidiano ao mesmo tempo de ficção novelística. O próprio texto jornalístico dirá que “vamos ver mais um capítulo da novela da escolha do presidente do Senado”, e assim por diante. O Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em janeiro de 2003, aparece no *Jornal da Globo*⁷ como um acontecimento que cada vez mais se torna “cultural”, dada a grande oferta de objetos de artesanato de vários países, *shows* musicais de todos os gêneros, dança e tambores durante a alegre passeata pela paz. Essa outra hipótese de Sarlo, sobre a videopolítica, é exatamente a que se refere a um esforço cotidiano, na elaboração dos programas, especialmente dos telejornais, em despolitizar o que é fortemente político e afirmar uma outra ordem do que é público, a partir da opção por um modo de narrar dramático, “sentimentalizado”. Da mesma forma, em janeiro de 2003, o telejornal da Rede Globo e inúmeros outros jornais impressos dizem, sobre a presença de Lula em Davos, na Suíça, que o Presidente será lá a grande “estrela”. Esse é o acontecimento; esse *deve* ser o acontecimento; esse é o acontecimento midiático. Entendo também, com Beatriz Sarlo, que o fato de que determinados acontecimentos “existam” para a TV faz parte das grandes transformações das esferas institucionais simbólicas: campeonatos de futebol, velórios de personagens públicos e famosos, casamentos, formaturas, as viagens, a visita aos museus passam a existir para as câmeras da TV, para a lente das máquinas fotográficas, para as grandes redes de televisão. A pergunta é: mas então o que existe? O que está acontecendo? Sarlo responde: “Nada existe se não aparece na tela, e ali nada dura muito tempo” (1997c, p.137).

No texto “A democracia midiática e seus limites”, a estudiosa argentina desenvolve mais detidamente sua argumentação a respeito do que estaríamos aprendendo sobre democracia, na prática cotidiana com os meios de comunicação:

7 Edição do dia 23/01/2003.

democracia, para a autora, hoje se converte em democracia de opinião (Sarlo, 1997a). Com a mídia, nós mesmos, professores, alunos de nível universitário, intelectuais, especialistas de todos os campos, políticos, figuras das diferentes áreas, vivemos num macroespaço que nos recategoriza: a atriz que numa telenovela faz papel de uma moça de origem muçulmana poderá ser chamada a opinar sobre a possível guerra contra o Iraque, tanto quanto um cientista político altamente graduado na academia. Todos se equivalem. Uma conquista? A eliminação das diferenças sociais, culturais? Talvez seja necessário investigar mais detidamente esse modo de ensinar o que é democracia. De qualquer forma, a hipótese de Sarlo aponta para o outro lado da questão: sugere que estaríamos num verdadeiro aprendizado da ausência de parâmetros, da nivelção das coisas ditas, não porque devêssemos enfatizar a necessária hierarquia de “quem diz o quê”, mas porque estaríamos talvez sendo consolados com o reforço diário de que efetivamente todos podemos ter voz. Outra vez ainda, aqui, o debate sobre a indiscriminação das experiências e, no dizer de Jorge Larrosa, o reforço exatamente da anti-experiência – na medida em que a mídia estaria fabricando mais e mais informações, mais e mais opiniões, todas niveladas, não só pela sintaxe das coordenadas aditivas, mas igualmente pela afirmação de que todos podem e devem opinar, mostrar-se, ter afinal sua subjetividade reconhecida. Para a pesquisa que realizamos, a análise da linguagem televisiva dos materiais destinados a adolescentes e jovens e a propor-lhes vida em comum está considerando exatamente isso: não se trata apenas de recursos de estilo, de técnicas televisivas de comunicação; trata-se de modos de existência propostos no interior dessas opções de texto, de imagens, de seqüências narrativas.

Experiência, vida como acontecimento

Para a filósofa Hannah Arendt (2000), o público (e, portanto, o político) só pode ser pensado como ação, como ação performativa, agonística, como acontecimento, como irrupção; em suma, como interrupção de todos os processos automatizados, totalizantes. De acordo com Francisco Ortega, a filósofa investe em uma teoria da pluralidade e da teatralidade do agir humano, de forma que a esfera pública seja vivida e compreendida jamais como unidade. Ou seja, segundo Arendt, a política não pertence apenas aos poderes do Estado nem aos partidos políticos; “existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser criados e redefinidos constantemente, sem precisar de suporte institucional, sempre que os indivíduos se liguem através do discurso e da ação” (Ortega, 2000, p. 23).

Francisco Ortega nos lembra que autores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Deleuze e Derrida – eu acrescentaria: Nietzsche, Benjamin, Heidegger – “visam a uma alternativa política que vai além de uma política partidária e que propõe a recuperação do espaço público: a política compreendida como atividade

de criação e de experimentação” (Idem, p. 23). Parece-nos que, quando Beatriz Sarlo faz sua crítica aos modos de existência da videopolítica entre nós, tem como referência uma outra modalidade de vida política: a escritora argentina imagina, certamente em consonância com os autores acima citados, possibilidades diversas de ação pública, essa pela qual o acontecimento, o inesperado, o não planejado, o criativo e a explosão de vida sejam a marca por excelência. A nós interessa fortemente tal debate político e filosófico, na medida em que estamos procurando produzir um referencial teórico que articule exatamente tópicos *stricto sensu* da análise da linguagem televisiva a elementos de uma análise social da mídia e, no caso da pesquisa aqui referida, dos modos de existência propostos a adolescentes e jovens – basicamente modos de existência coletiva, no interior de *shows* midiáticos.

Perguntamo-nos na pesquisa sobre novas possibilidades de discutir o político, de fazer a democracia, diante do que analisamos e estudamos a respeito das relações entre videopolítica, educação e juventude. Hannah Arendt, a partir da experiência do terror totalitário, nos propõe que pensemos a política como acontecimento, como ruptura do totalitário, do automático, do imediatismo, do plenamente previsível, porque a ação política se estenderia às mínimas práticas humanas que podem e devem ser criados e redefinidos permanentemente. Ora, isso tem a ver diretamente com a educação: é proposta de resistência, de desconstrução de modos de existir marcados, controlados, vigiados, visíveis e desejados pelo que tem de visibilidade espetacular, de cultura das sensações. Claro, não estamos trabalhando sobre ilusões e ausentes de um pensamento crítico. É a própria Hannah Arendt que nos alerta: há uma impossibilidade real de comunicar o íntimo, ao mesmo tempo que só somos realidade sendo ouvidos no espaço público; então, como resolver isso, se de fato a esfera pública tem refluído em nosso tempo, parece ter perdido a força?

A construção dos jovens e adolescentes como sujeitos políticos, de acordo com o que estamos vendo, através da análise de um conjunto de programas destinados a esse público, se dá prioritariamente pela própria negação de um campo de atividade — a política — e pela reiteração de que o lugar de conscientização, informação e verdade está nos próprios meios de comunicação. E, diga-se, tal verdade é construída pela linguagem da emoção, da valorização da intimidade, mesmo que essa intimidade seja aquela de jovens confinados nos espaços do *Big Brother Brasil*. Ora, talvez o caminho seja apostar no inesperado da ação humana, no movimento do humano, como faz Maria Rita Kehl (2000), ao analisar letras de músicas de *rappers* (especificamente o grupo Racionais MC's), em que a psicanalista se indaga sobre uma espécie de orfandade de pai, que existe para esses grupos de um modo particular, mas igualmente para a sociedade de modo mais amplo, e o movimento que esses jovens fazem em direção a uma atitude política, de autovalorização e de afirmação da dignidade de si mesmo, num país

órfão de pai, embora acostumado ao paternalismo autoritário.

Análises semelhantes a essas pautam nossa pesquisa, no sentido de que talvez possam fazer-nos imaginar possibilidades de novos modos de existência, com todas as contradições, ambivalências e diversidades que isso implica, modos de vida próximos da concepção de experiência trazida por Jorge Larrosa. Não se trataria de um trabalho destinado a “verificar” entre os jovens o que é e o que não é “a” experiência, mas a pelo menos pensar outros modos de experiência individual e coletiva (será esta possível, nos termos que Larrosa a define?), discutidos a partir do mergulho nas imagens televisivas que hoje insistem em nos afastar da genuína experiência conosco mesmos. Como diria Foucault (1995), o que se deseja é encorajar novas formas de subjetividade, o trabalho cotidiano de fazer de si obra de arte, de viver a experiência — aquela que diz respeito à criação, ao sofrimento, à singularidade, à não repetição, ao risco, à liberdade de caminhar na linha feiticeira, a viver a vida como acontecimento — para além do que nos ensina a videopolítica estudada por Beatriz Sarlo e que aqui foi discutida em relação ao que oferece como suporte teórico para o estudo de jovens, mídia e espaço público.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1978.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. Banalidade mortífera. In: *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais! São Paulo, ed. 10/06/2001, p. 12.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- FOUCAULT, Michel. Entretien avec Michel Foucault. In: _____. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, p. 41-95.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. 2. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, jan./fev./mar./abr. 2002, n. 19, p. 20-28.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade – Arendt, Derrida, Foucault*. Rio

de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

SARLO, Beatriz. A democracia midiática e seus limites. In: _____. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997a.

SARLO, Beatriz. O sonho acordado. In: _____. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997b.

SARLO, Beatriz. Sete hipóteses sobre a videopolítica. In: _____. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1997c.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.